

## TERMO DE FOMENTO Nº 05/2019

O **Fundo Municipal de Educação - FME**, CNPJ nº 22.781.167/0001-70, com sede administrativa na Rua Abdon Leite, nº 28, Loteamento Boa Sorte, CEP. 75.702-380, Catalão - GO, neste ato devidamente representada pelo seu Gestor o Senhor **Leonardo Pereira Santa Cecília**, brasileiro, casado, portador do RG nº MG - 3399 SSP - MG, inscrito no CPF sob o nº 422.368.571-53, residente e domiciliado nesta cidade, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública e a **Organização da Sociedade Civil Rotary Club de Catalão 1º De Novembro** inscrito no CNPJ sob o nº 02.942.647/0001-68, com sede Av. Maria Marcelina, Q 42 L, nº 1170, Setor Ipanema, CEP. 75.705-060, cidade de Catalão - Goiás, situada a Avenida Maria Marcelina, Q 42 L, nº 1170, Setor Ipanema, CEP 75.705-060, Catalão - GO, neste ato devidamente representada pela sua Presidente Senhor **Carlos Glayson Duarte**, portador do RG nº 3.798.998/ DGPC GO, inscrito no CPF sob o nº 856.389.511-72, residente e domiciliado na Rua Mariana Nº 222 Residencial Leblon, Município, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Fomento, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto Transferência de subvenção financeira para o **ROTARY CLUB DE CATALÃO 1º DE NOVEMBRO**, com a finalidade de financiar as despesas operacionais e investimentos, decorrentes de funcionamento e manutenção em geral do Curso Municipal Pré-Vestibular "ISRAEL MACEDO", conforme Plano de Trabalho anexo a este instrumento.

### 2. DA GESTÃO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

2.1. A presente parceria terá como gestor pela Administração Municipal o Sr.º Resende Pereira de Souza conforme Portaria nº 012/2019, anexa ao presente instrumento.

2.2. A presente parceria terá como Comissão de Monitoramento e Avaliação os seguintes membros definidos na Portaria nº 974/2019, anexa ao presente instrumento.

a. Senhora **Eliana Machado Canedo Borges**

- b. Senhora Fernanda Correa Mariano
- c. Senhora Geovanna Sebastiana Machado da Silva

2.3. A presente parceria terá como gestor pela entidade o Senhora Adimar Antônio da Fonseca, CPF nº 216.688.761-91, conforme certidão anexada ao presente documento.

### 3. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

3.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor de **R\$ 761.373,99 (setecentos e sessenta e um mil, trezentos e setenta e três reais e noventa e nove centavos)**, conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho anexo a este Termo de Fomento.

3.2. Para o exercício financeiro de 2019, fica estimado o repasse **R\$ 761.373,99 (setecentos e sessenta e um mil, trezentos e setenta e três reais e noventa e nove centavos)**, correndo as despesas à conta da dotação orçamentária **27.2601.12.364.4005.4048-335043**.

#### 3.2.1. Cronograma de Desembolso

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO						
META	1º	2º	3º	4º	5º	6º
	R\$ 90.890,91	R\$ 53.930,89	R\$ 53.930,89	R\$ 53.930,89	R\$ 53.930,89	R\$ 75.503,25
META	7º	8º	9º	10º	11º	12º
	R\$ 55.670,89	R\$ 53.930,89	R\$ 53.930,89	R\$ 80.896,34	R\$ 80.896,34	R\$ 53.930,89

3.3. Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.

3.4. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

### 4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### 4.1. Compete à Administração Pública:

- I. Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Desembolso, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Fomento e no valor nele fixado;

- II. Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- III. Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;
- IV. Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;
- V. Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- VI. Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;
- VII. Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da OSC;
- VIII. Apreçar a prestação de contas parcial, quando houver, que deverá ser apresentada em até 30 dias após o fim de cada exercício e avaliada pela Administração em até 45 dias;
- IX. Apreçar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 90 dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo ser analisada pela Administração Municipal em até 120 dias.
- X. Publicar, por meio da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

#### 4.2. Compete à OSC:

- I. Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;
- II. Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

- III. Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 1.173/2018 e do Manual de prestação de Contas, nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- IV. Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
- V. Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;
- VI. Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;
- VII. Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;
- VIII. Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- IX. Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;
- X. Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;
- XI. Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;
- XII. Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;
- XIII. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados e garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;
- XIV. Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de

sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

- XV. Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;
- XVI. A responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

## 5. DA DESTINAÇÃO DOS BENS REMANESCENTES

5.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

## 6. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

6.1. O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, **sendo vedado**:

- I. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
- II. Modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
- III. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- IV. Pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;

- V. Efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência ou se a Administração Pública der causa ao atraso;
- VI. Efetuar pagamento de despesas bancárias;
- VII. Transferir recursos da contracorrente específica para outras contas bancárias;
- VIII. Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- IX. Realizar despesas com:
- X. Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros;
- a. publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e
- b. pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.
- 6.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em contracorrente específica no Banco 104 - Caixa Econômica Federal, Agência nº 0564, conta nº 03004172-4.
- 6.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
- 6.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de abertura de Processo Administrativo Especial, nos termos do Decreto Municipal nº 1.173/2018.
- 6.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
- 6.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.

## 7. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. A prestação de contas deverá ser efetuada nos seguintes prazos<sup>1</sup>:

- a. até 30 dias do término de cada exercício (se a duração da parceria exceder um ano);
- b. até 90 dias a partir do término da vigência da parceria para a Prestação de Contas Final.

7.2. A prestação de contas final dos recursos recebidos, deverá ser apresentada conforme a Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 1.173/2018 e Manual de Prestação de Contas, o qual é parte integrante do presente instrumento.

## 8. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública no prazo máximo de trinta dias antes do fim da parceria.

8.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

## 9. DAS ALTERAÇÕES

9.1. Este Termo de Fomento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e desde que firmados no prazo máximo de 30 dias antes do término da parceria.

9.2. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou apostilamento ao plano de trabalho original.

## 10. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

<sup>1</sup> Ver art. 68, da Lei nº 13.019/2014.

**10.1.** A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

**10.2.** A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento através de seu gestor, que tem por obrigações:

- I. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III. Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas parcial e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- IV. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

**10.3.** A execução também será acompanhada por Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada.

**10.4.** A Administração Pública, por meio da Secretaria responsável pela parceria, emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

**10.5.** O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

- I. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III. Valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;
- IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.

V. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias

10.6. Na hipótese de o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a Organização da Sociedade Civil para, no prazo de trinta dias:

- I. Sanar a irregularidade;
- II. Cumprir a obrigação; ou
- III. Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

10.7. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.

10.8. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.

10.9. Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

## 11. DA RESCISÃO

11.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

11.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

- I. Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II. Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;
- III. Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

## 12. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

12.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas do Decreto Municipal nº 1.173/2018 e da legislação específica, a administração pública municipal poderá, garantida a prévia defesa, nos moldes do Processo Administrativo e aplicar à organização da sociedade civil parceira as sanções de:

I. Advertência;

II. Suspensão temporária nos termos do inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014; e

III. Declaração de inidoneidade nos termos do inciso III do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

12.2. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela organização da sociedade civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

12.3. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

12.4. A sanção de suspensão temporária impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública municipal por prazo não superior a dois anos.

12.5. A sanção de declaração de inidoneidade impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

12.6. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva de Secretário Gestor do termo de fomento.

12.7. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nos incisos I a III da Cláusula 13.1 do presente instrumento, caberá recurso administrativo, no prazo de 10 dias, contado da data de ciência da decisão.

### 13. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

**13.1.** O foro da Comarca de Catalão é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

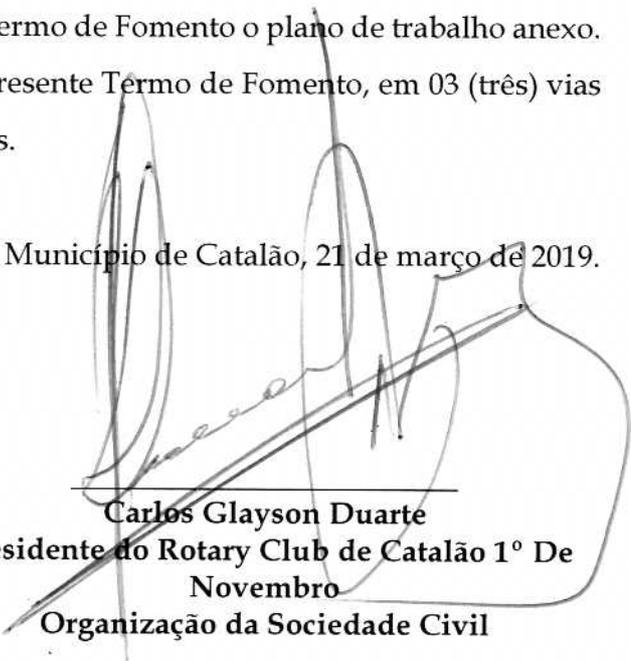
**13.2.** Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria do Município.

#### **14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o plano de trabalho anexo. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Catalão, 21 de março de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
**Leonardo Pereira Santa-Cecília**  
Secretário Municipal de Educação  
Fundo Municipal de Educação - FME

  
\_\_\_\_\_  
**Carlos Glayson Duarte**  
Presidente do Rotary Club de Catalão 1º De  
Novembro  
Organização da Sociedade Civil

#### TESTEMUNHAS

Primeira Testemunha - \_\_\_\_\_

CPF. - \_\_\_\_\_

Segunda Testemunha - \_\_\_\_\_

CPF. - \_\_\_\_\_

## PLANO DE TRABALHO

### 1. DADOS CADASTRAIS:

NOME DA INSTITUIÇÃO: <b>ROTARY CLUBE DE CATALÃO 1º DE NOVEMBRO</b>	CNPJ: <b>02.942.647/0001-68</b>
TIPO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:	( X ) Sem Fins Lucrativos ( ) Cooperativa ( ) Religiosa

COMPROVAR POR MEIO DE CLÁUSULAS EXPRESSAS NO ESTATUTO QUE:

1.1) NÃO HÁ DISTRIBUIÇÃO ENTRE OS SEUS SÓCIOS OU ASSOCIADOS, CONSELHEIROS, DIRETORES, EMPREGADOS, DOADORES OU TERCEIROS EVENTUAIS RESULTADOS, SOBRAS, EXCEDENTES OPERACIONAIS, BRUTOS OU LÍQUIDOS, DIVIDENDOS, ISENÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, PARTICIPAÇÕES OU PARCELAS DO SEU PATRIMÔNIO, AUFERIDOS MEDIANTE O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES;

\* DE ACORDO COM ESTATUTO DO ROTARY CLUBE DE CATALÃO 1º DE NOVEMBRO, NÃO EXISTE DISTRIBUIÇÃO DE EVENTUAIS RESULTADOS, SOBRAS, EXCEDENTES OPERACIONAIS, BRUTOS OU LÍQUIDOS, DIVIDENDOS, ISENÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, PARTICIPAÇÕES OU PARCELAS DO SEU PATRIMÔNIO, POIS SE TRATA DE ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS.

1.2) HÁ A APLICAÇÃO INTEGRAL DO RECURSOS NA CONSECUÇÃO DO RESPECTIVO OBJETO SOCIAL DE FORMA IMEDIATA OU POR MEIO DA CONSTITUIÇÃO DE FUNDO PATRIMONIAL OU FUNDO DE RESERVA;

\* DE ACORDO COM ESTATUTO DO ROTARY CLUBE DE CATALÃO 1º DE NOVEMBRO, TODA E QUALQUER RECEITA E RENDAS É DESTINADAS EXCLUSIVAMENTE AOS PROJETOS, E SEUS OBJETIVOS.

1.3) POSSUI OBJETIVOS VOLTADOS À PROMOÇÃO DE ATIVIDADES E FINALIDADES DE RELEVÂNCIA PÚBLICA E SOCIAL;

\* ARTIGO II: O OBJETIVO DO ROTARY É ESTIMULAR E FOMENTAR O IDEAL DE SERVIR, COM BASE DE TODO EMPREENDIMENTO DIGNO, PROMOVENDO E APOIANDO A MELHORIA DA COMUNIDADE.

1.4) EM CASO DE DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE, O RESPECTIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SERÁ TRANSFERIDO A OUTRA PESSOA JURÍDICA DE IGUAL NATUREZA QUE PREENCHA OS REQUISITOS DA LEI 13.019/2014 E CUJO OBJETO SOCIAL SEJA, PREFERENCIALMENTE, O MESMO DA ENTIDADE EXTINTA.

\* EM CASO DE EXTINÇÃO SERÁ REEMBOLSADO QUAISQUER SALDOS POSSÍVEIS EXISTENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO:

2. CNPJ QUE CONTENHA INFORMAÇÃO EXPRESSA (CÓDIGO) DE QUE SE TRATA DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS;

3. BALANÇO PATRIMONIAL (PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DA NATUREZA DA ENTIDADE)

B) CASO A OSC (SEM FINS LUCRATIVOS, COOPERATIVA OU ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA) FOR A ÚNICA NO TERRITÓRIO DA CIDADE DE CATALÃO, COMPROVAR ESSA CONDIÇÃO POR MEIO DE CERTIDÃO DO CARTÓRIO DE REGISTROS

ENDEREÇO: AVENIDA: MARIA MARCELINA Q 42 L N° 1170

BAIRRO: SETOR IPANEMA	CIDADE: CATALÃO	U.F. GO	CEP: 75705-060
E-MAIL: <a href="mailto:Organizacaocontabil.fiscal@gmail.com">Organizacaocontabil.fiscal@gmail.com</a>		TELEFONE: (64) 3441-2825	
CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA: 03004112-4	BANCO 104 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	AGÊNCIA 0564	
NOME DO RESPONSÁVEL: CARLOS GLAYSON DUARTE		CPF: 856.389.511-72	
PERÍODO DE MANDATO: JULHO/2018 A JUNHO/2019	CARTEIRA DE IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 3.798.998/ DGPC GO	CARGO: PRESIDENTE	
ENDEREÇO: RUA MARIANA N° 222 RESIDENCIAL LEBLON		CEP: 75704-886	
<b>2 - PROPOSTA DE TRABALHO:</b>			
NOME DO PROJETO: CURSINHO MUNICIPAL PRÉ-VESTIBULAR "ISRAEL MACEDO"		PRAZO DE EXECUÇÃO	
		INÍCIO Fevereiro/2019	TÉRMINO Dezembro/2019
PÚBLICO ALVO: Alunos com idade média de 16 a 45 anos, sendo a maioria dos alunos oriundos de escolas públicas.			
OBJETO DE PARCERIA: Transferência de subvenção financeira para o ROTARY CLUB DE CATALÃO 1º DE NOVEMBRO, com a finalidade de financiar as despesas mensais e investimentos, de correntes de funcionamento e manutenção em geral do Cursinho Municipal Pré-Vestibular "ISRAEL MACEDO"			
DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA: O CURSINHO MUNICIPAL PRÉ-VESTIBULAR "ISRAEL MACEDO", está situado a Rua 502, nº 333, Bairro Santa Cruz, CEP 75.706-435, Catalão/GO, onde oferece aulas em turno noturno de preparação de jovens e adultos de idade média de 16 a 45 anos para ingresso a universidades; É administrado pelo ROTARY CLUB DE CATALÃO 1º DE NOVEMBRO, inscrito no CNPJ sob o nº 02.942.647/0001-68, situado a Av. Maria Marcelina, nº 970 Bairro Ipanema, CEP 75.705-060, Catalão/GO, declarada ASSOCIAÇÃO COM Atividades DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS E LIGADAS A CULTURA E A ARTE.			
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO: O ROTARY CLUB DE CATALÃO 1º DE NOVEMBRO, não possui recursos próprios para manutenção e funcionamento do CURSINHO MUNICIPAL PRÉ-VESTIBULAR "ISRAEL MACEDO", dependendo assim para a sua manutenção e funcionamento de recursos do Poder Público Municipal através de Convênio.			
<b>3 - OBJETIVOS:</b>			
3.1 - GERAIS Proporcionar a Sociedade um embasamento educacional equilibrado aos requisitos de conhecimentos básicos exigidos as universidades atuantes no País. Fornecendo aulas de qualidade em turno noturno visando contribuir com uma bagagem de conhecimento, favorecendo o jovens e adultos em condições a adentrar em uma faculdade para sequência de conhecimentos e desenvolvimento humano, contribuindo assim para o progresso da sociedade em geral.			
3.2 - ESPECÍFICOS: Beneficiar diretamente em torno de 220 (duzentos e Vinte) alunos com idade média entre 16 a 45 anos, sendo a maioria dos alunos beneficiados oriundos de escolas públicas e famílias de baixa renda.			
<b>4 - METODOLOGIA:</b>			
4.1 - FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS E DE CUMPRIMENTO DAS METAS: Baseados nas diretrizes do estatuto do ROTARY CLUB DE CATALÃO 1º DE NOVEMBRO, quanto a administração do CURSINHO MUNICIPAL PRÉ-VESTIBULAR "ISRAEL MACEDO", serão realizadas ações para aplicação dos recursos de forma correta, gerando economia e qualidade as instalações do Cursinho, como pagamento de pessoal, incluindo encargos sociais, trabalhistas,			

manutenções de informática, equipamentos de ar-condicionado, equipamentos de segurança eletrônica, serviços contábeis.

### 5 - METAS E RESULTADOS ESPERADOS:

#### 5.1 - DESCRIÇÃO DAS METAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:

Oferecer o CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR para cerca de 220 (duzentos e Vinte) alunos com idade média entre 16 a 45 anos, com aulas de turno noturno das 19:00 as 22:00.

#### 5.2 - RESULTADOS ESPERADOS:

Qualificar os estudantes com embasamento educacional de qualidade aos requisitos necessários a ingresso nas universidades do País.

#### 5.3 - PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

O controle de cumprimento de metas será realizado através de relatórios de frequência de alunos, diário de classe e registros de trabalhos.

### 6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

MET A	ETAPA FASE	ESPECIFICA ÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANT	INÍCIO	TÉRMINO
01	01	Oferecer cursinho em turno noturno com aulas de 19:00 às 22:00	Cursinho Municipal Pré-Vestibular "ISRAEL MACEDO"	Cerca de 220 alunos	Fevereiro/2019	Dezembro/2019

### 7 - PREVISÃO DA RECEITA E DESPESA (R\$1,00)

RECEITA	TOTAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE			
CONCEDENTE			761.373,99
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>761.373,99</b>
DESPESA	TOTAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE			
CONCEDENTE			761.373,99
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>761.373,99</b>

### 8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

#### 8.1 - CONCEDENTE

META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
	R\$ 90.890,91	R\$ 53.930,89	R\$ 53.930,89	R\$ 53.930,89	R\$ 53.930,89	R\$ 75.503,25
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
	R\$ 55.670,89	R\$ 53.930,89	R\$ 53.930,89	R\$ 80.896,34	R\$ 80.896,34	R\$ 53.930,89

### 9 - DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Material de Consumo e Expediente	R\$ 13.476,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 20.400,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 35.610,01
Serviços de Professores, Administradores e Encargos	R\$ 691.887,98
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 761.373,99</b>

### 10 - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A PRESTAÇÃO DE CONTAS deverá ser encaminhada até 90 dias a partir do término da vigência da parceria.

A PRESTAÇÃO DE CONTAS deverá ser encaminhada 30 dias após o final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano;

Após a apresentação da prestação de contas no prazo de até 90 dias, constatada irregularidade ou omissão, será concedido prazo de até 45 dias, prorrogáveis por igual período, para a entidade sanar irregularidades ou cumprir a obrigação, sem prejuízo das demais medidas administrativas.

### 11 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do ROTARY CLUBE DE CATALÃO 1º DE NOVENBRO, declaro, para fins de comprovação junto ao MUNICÍPIO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Municipal ou qualquer entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho.

\_\_\_\_\_  
ROTARY CLUB 1º DE NOVENBRO